# SOLICITAÇÃO DE LICENÇA DE REGISTRO PROFISSIONAL RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 620, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

* Preencher o requerimento ao Presidente do CRA-AM;
* Declaração de inteira responsabilidade assinada pelo requerente, sob as penas da lei, de que não mais exercerá a profissão de Administrador ou desempenhará atividades em determinada área da Administração, enquanto estiver com o registro Licenciado;
* Comprovante de recolhimento da taxa de licença de registro profissional;
* Cópia da CTPS, contendo a identificação do profissional e das páginas dos contratos de trabalho e a última em branco, ou ato de exoneração no Serviço Público, ou declaração (de próprio punho) que não os possui;
* Cópia do comprovante de aposentadoria;
* Em caso de Doença Grave apresentar Laudo e Exames médicos que comprovem tal situação.
* Declaração do empregador, emitida com identificação do assinante, constando a denominação do cargo/função, bem como a descrição detalhada das atividades atualmente desenvolvidas;
* Outros documentos que o CRA julgar necessários.
* Declaração de que não mantem atividade autônoma remunerada;
* Comprovante de residência atualizado;

# IMPORTANTE

A Solicitação de Licença de Registro Profissional Pessoa Física Principal ou Secundária somente será apreciada em reunião Plenária deste CRA-AM se os documentos apresentados estiverem rigorosamente completos.

**REQUERIMENTO DE LIÇENÇA DE REGISTRO PROFISSIONAL**

Sr. Adm. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Presidente do CRA-AM

De conformidade com o Artigo 7 do Regulamento de Registro aprovado pela **Resolução Normativa CFA nº 620/2022**, venho requerer a V.Sa., a **LICENÇA DE REGISTRO PROFISSIONAL**, declarando para os devidos fins que, a partir do meu pedido de licença de registro não exercerei nenhuma atividade profissional na área da Administração como autônomo, nem como empregado, declarando sob as penas do artigo 299 do Código Penal\*.

Estou ciente das implicações de natureza penal, caso haja a comprovação da falsidade desta declaração, bem como também estou ciente de que se eu retornar, a exercer essa minha profissão que se insere na área de competência desse Conselho Regional de Administração, estarei obrigado (a) a reativar o meu registro nesse mesmo CRA/AM ou em outro caso esteja exercendo a profissão em outra Região do país. Anexo a esse a cópia do comprovante de pagamento de taxa de licença e as documentações comprobatórias.

(“§ 3º A licença de registro profissional poderá ser interrompida a qualquer momento, a requerimento do interessado ou *ex officio* pelo Plenário do CRA, caso haja a comprovação de que o licenciado esteja exercendo a profissão, sem prejuízo da autuação por exercício ilegal da profissão.” Por ser verdade, firmo o presente).

# Motivo do pedido:

**..............................................................................................................................**

# ..............................................................................................................................

Nestes termos, Pede deferimento**.**

Manaus/AM, de de 20 .

Adm.

Reg. CRA-AM nº

Assinatura

Declaro estar ciente de que não poderei estar em débito com as anuidades desse CRA/AM, de acordo com as disposições da Lei nº 4.769/65.

(\*) Art.299 do Código Penal: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO MANTÉM NENHUMA ATIVIDADE AUTÔNOMA REMUNERADA.

Eu , brasileiro (a), portador (a) da CTPS nº , série nº , DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, NÃO EXERCER ATIVIDADE AUTÔNOMA REMUNERADA.

.

Manaus, de de 20\_ .

Adm. CRA-AM N°

Declaro estar ciente de que não poderei estar em débito com as anuidades desse CRA/AM, de acordo com as disposições da Lei nº 4.769/65.

(\*) Art.299 do Código Penal: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.